

DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Instituições clarificam campos de actuação

Notícias, Política, 10.11.2021, Pág. 08, Ed. n.º 31.451

O GABINETE do Provedor de Justiça e a Comissão Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) juntaram ontem, em Maputo, organizações da sociedade civil para clarificar os campos de actuação na protecção dos direitos humanos.

Trata-se de uma iniciativa que visa criar maior aproximação entre as duas instituições, em prol da salvaguarda da protecção dos direitos dos cidadãos, na actuação da Administração Pública e não só.

“Decidimos organizar este evento, em parte, porque nos demos conta que algumas organizações da sociedade civil ainda não fazem plena distinção entre as atribuições e competências do Provedor de Justiça e as da Comissão Nacional de Direitos Humanos”, disse Isaque Chande, Provedor de Justiça, na abertura do evento.

Apesar disso, Chande disse ser compreensível essa dificuldade, porquanto, à escala global, há diferentes modelos de organização dos provedores de justiça. Nuns casos, engloba as atribuições e competências das comissões nacionais dos Direitos Humanos.

Noutros casos, acrescentou, as comissões nacionais de Direitos Humanos, actuam de forma autónoma e funcionam fora da alçada do Provedor de Justiça.

No caso particular de Moçambique, disse Chande, o

modelo de organização distingue o Provedor de Justiça da Comissão Nacional de Direitos Humanos, embora as duas instituições tenham por mandato, promover e defender os direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos.

“Mas, por força da lei, cada uma destas instituições tem um mandato específico, cujo conhecimento pelas organizações da sociedade civil se mostra necessário e importante, no âmbito do exercício das suas actividades de advocacia para a cidadania”, acrescentou.

Para Chande, as organizações da sociedade civil são potenciais parceiros na divul-

gação do papel, atribuições e competências do Provedor de Justiça junto dos seus associados, bem como das comunidades onde actuam. Por isso, acrescentou, a aproximação entre as partes poderá contribuir para um rápido crescimento e conhecimento da sua função principal, o de garantir os direitos dos cidadãos, defesa da legalidade e da justiça na actuação da Administração Pública.

Presente na cerimónia, o presidente do CNDH, Luis Bitone, afirmou que esta é uma oportunidade para esclarecer que apesar de ambas instituições actuarem na protecção dos direitos humanos, a sua

tem uma dimensão mais ampla.

“Enquanto o Provedor de Justiça actua em relação à Administração Pública, nós incidimos sobre todas as áreas onde se violem os direitos dos cidadãos, persuadindo a solução das preocupações por via do diálogo”, afirmou Bitone.

Acrescentou que, em nenhum momento, a CNDH deve agir como mais um tribunal para impor a resolução dos problemas dos cidadãos de uma forma coerciva mas, geralmente, o método usado tem sido a aproximação entre as partes, a persuasão e a mediação para soluções mais pacíficas.

G. MUIANGA



Seminário divulga competências do Provedor de Justiça e da CNDH